

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ

CGC(MF)08.385.940/0001-58 Rua Felipe Guerra, 179 - 1º Andar Cx. Postal 48 - Fones 3421-2286 - Telefax 3417-2954 CEP, 59,300-000

PROJETO DE LEI Nº 042 /2015

Torna obrigatório a permanências de um segurança no espaço destinado aos Zaixas Eletrônicos das Agências Bancárias até o período de encerramento das atividades e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ-RN;

Faço saber que a Câmara Municipal de Caicó/RN, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatórió a permanências de um segurança no espaço destinado aos Caixas Eletrônicos das Agências Bancárias de Caicó, até o período de encerramento das atividades e dá outras providências

Parágrafo único: Cada agência desta cidade deverá cumprir a lei com o objetivo de proporcionar mais segurança a seus clientes que precisão utilizar os serviços após o encerramento do expediente oficial do banco.

Art. 2 - As instituições bancárias gozarão de prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente Lei, para se adequar às novas exigências.

Parágrafo Único - O não atendimento ao disposto na presente Lei, no prazo máximo assinalado, implicará a imposição de multa diária no valor de Ø1 (um) salário mínimo por dia de descumprimento.

Julgado objeto de deliberação

per Ummimidade Encaminho as Comissões Técnicas para emitir parecer.

S. Sesses em 24/08/2015

APROVADO EM.

RECEBIDO Em 24 / 08 /2015 Art. 3º - Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das respectivas agências bancárias no município de Caicó.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de Agosto de 2015.

Alisson Jackson dos Santos Vereador – PROS



CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ

CGC (MF) 08.835.940/0001-58 CEP: 59.300-000 Rua Felipe Guerra, 179 – 1° Andar Cx. Postal 48 – Fones 3421-2286 – Telefax 3417-2954

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 072/2015 Autor: Vereador Alisson Jackson dos Santos

PARECER

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada em 27 de agosto de 2015, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 072/2015, que torna obrigatória a permanência de um segurança no espaço destinado aos caixas eletrônicos das agências bancárias até o período de encerramento das atividades e dá outras providências. Entretanto, ressalte-se a necessidade de adequações de ordem de técnica legislativa e de linguística, como, por exemplo, a supressão da expressão "e dá outras providências" (art. 1º, caput) e a correção do verbo "precisão" (art. 1º, parágrafo único), entre outras, as quais podem ser realizadas por ocasião da Redação Final com fundamento no art. 186, §6º, do Regimento Interno.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2015.

José Marij de Queiróz Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Raimundo Inacio Filho

Relator

Cicero Bezerra de Queiroz

Membro

05



CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ

CGC (MF) 08.835.940/0001-58 CEP: 59.300-000 Rua Felipe Guerra, 179 – 1° Andar Cx. Postal 48 – Fones 3421-2286 – Telefax 3417-2954

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 072/2015

APROVADO EM:

REDAÇÃO FINAL

26 / 09 / 2015 GOTH =

LEI Nº

EMENTA: Torna obrigatória a permanência de um segurança no espaço destinado aos caixas eletrônicos das agências bancárias até o período de encerramento das atividades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Torna-se obrigatória a permanência de um segurança no espaço destinado aos caixas eletrônicos das agências bancárias de Caicó, até o período de encerramento das atividades.

Parágrafo único – Cada agência desta cidade deverá cumprir esta Lei com o objetivo de proporcionar mais segurança aos clientes que precisam utilizar os serviços após o encerramento do expediente oficial do banco.

Art. 2º – As instituições bancárias gozarão do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente Lei, para se adequar às novas exigências.

Parágrafo único – O não atendimento ao disposto na presente Lei, no prazo máximo assinalado, implicará a imposição de multa diária no valor de 1 (um) salário mínimo por dia de descumprimento.

Art. 3º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das respectivas agências bancárias no município de Caicó.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Caicó/RN, 15 de setembro de 2015.

José Maria de Queiróz Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Raimundo Inácio Filho

Relator

Cícero Bezerra de Queiroz

Membro

Contifico que, nista data, 2010912015, a rudição firal de PL nº 07212015

Lai rumetida à Projectura através do autografo de Lu no 06512015.

CMC. Quinto Garcia Santos

1. Tecnico Legislativo





CÂMARA MUNICIPAL DE CAICÓ

CGC (MF) 08.835.940/0001-58 CEP: 59.300-000 Rua Felipe Guerra, 179 - 1° Andar Cx. Postal 48 - Fone 3417-2954

Autógrafo de Lei Nº 065/2015 - CMC

Projeto de Lei Nº 072/2015

Autoria: Vereador Alisson Jackson dos Santos

Aprovado em 09/09/2015

Sem emendas

Encaminhado à Prefeitura Municipal de Caicó/RN. Recebido em: 22/09/15 Assinatura ☐ Vetado ☑ Sancionado: Lei Nº <u>J1813</u> Whodrawie Assinatura

REDAÇÃO FINAL

LEI No

EMENTA: Torna obrigatória a permanência de um segurança no espaço destinado aos caixas eletrônicos das agências bancárias até o período de encerramento das atividades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Torna-se obrigatória a permanência de um segurança no espaço destinado aos caixas eletrônicos das agências bancárias de Caicó, até o período de encerramento das atividades.

Parágrafo único - Cada agência desta cidade deverá cumprir esta Lei com o objetivo de proporcionar mais segurança aos clientes que precisam utilizar os serviços após o encerramento do expediente oficial do banco.

Art. 2º - As instituições bancárias gozarão do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente Lei, para se adequar às novas exigências.

Parágrafo único - O não atendimento ao disposto na presente Lei, no prazo máximo assinalado, implicará a imposição de multa diária no valor de 1 (um) salário mínimo por dia de descumprimento.



Art. 3º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das respectivas agências bancárias no município de Caicó.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Caicó/RN, 21 de setembro de 2015.

Nildson Medeiros Dantas

Presidente da Câmara Municipal de Caicó/RN

Ciencio ao auton otroulis do mimonondo nº 043/15-Scm Dos = 28/09/2015. Quint Parties antos Tecnico Legislativo